

SUMÁRIO

I. POLÍCIA

Definição, divisão
Discriminações
Poder de polícia

II. DIREITOS INDIVIDUAIS

Direitos e garantias individuais
Inviolabilidade do domicílio
Sentido jurídico do vocábulo “noite”
Direito de reunião
Habeas corpus
Mandado de segurança

Formulário

Ofício contendo informações requisitadas para instrução de processo de
habeas corpus
Modelo 1
Ofício contendo informações requisitadas para instrução de processo de
mandado de segurança
Modelo 2

III. CIRCUNSCRIÇÃO E ATRIBUIÇÃO DAS AUTORIDADES POLICIAIS

Circunscrição e atribuição
Impedimento e suspeição

IV. CRIMES DE AÇÃO PÚBLICA – CRIMES DE AÇÃO PRIVADA

Auto de corpo de delito – laudo de exame pericial
A) Crimes previstos no Código Penal sobre os quais não pode ser instaurado inquérito senão mediante REPRESENTAÇÃO do ofendido ou de quem tenha qualidade para representá-la
B) Crimes previstos no Código Penal sobre os quais não pode ser instaurado inquérito senão mediante QUEIXA do ofendido ou de quem tenha qualidade para representá-lo
C) Crimes sobre os quais não pode ser instaurado inquérito, senão mediante REQUISIÇÃO do Ministro da Justiça
D) Ação penal nas contravenções

V. INQUÉRITO POLICIAL

Disposições do Código de Processo Penal
Conceito – o inquérito não pode ser abolido
Nem sempre é obrigatório o inquérito
Aspectos fundamentais da Lei 12.830/2013
Considerações sobre a natureza jurídica dos atos de transferência
Ocorrência de ilegalidade no ato de remoção sem fundamentação
A obrigatoriedade de fundamentação no indiciamento
Prova de alegações

Provas ilícitas na investigação criminal
Normas gerais
Trancamento de inquérito
Restauração de autos de inquéritos extraviados ou destruídos

Formulário

Modelo 3

VI. COMO SE INICIA O INQUÉRITO

Disposições do Código de Processo Penal
Como se inicia o inquérito nos delitos de ação pública
1 – Início de inquérito de livre-iniciativa da autoridade

Crimes mais comuns que admitem inquérito de livre-iniciativa da autoridade

Inquéritos solicitados por ofício
Inquéritos solicitados por escrito
Notitia criminis
Portaria inicial

Formulário

Modelo 4 – *Portaria*

Modelo 5 – *Portaria*

Modelo 6 – *Portaria*

Modelo 7 – *Portaria*

Modelo 8 – *Portaria*

Modelo 8.1 – *Portaria*

Modelo 8.2 – *Portaria*

2 – Início do inquérito mediante requisição da autoridade judiciária ou do Ministério Público

Modelo 8.3 – *Portaria*

3 – Início de inquérito mediante representação do ofendido ou de quem tenha qualidade para representá-lo

Representação

Termo de representação – Termo de ratificação

Retratação

Quem tem qualidade para representar os incapazes

Curador especial

Orientação sobre a representação

Prazo para a representação

Formulário

Modelo 9 – *Representação*

Modelo 10

Modelo 11 – *Representação*

Modelo 12

Modelo 13 – *Termo de ratificação de representação*

Modelo 14 – *Portaria*

Modelo 15 – *Termo de representação*

Ofício ao juiz sobre nomeação de curador especial

Modelo 16

4 – Início de inquérito mediante auto de prisão em flagrante

5 – Início de inquérito mediante requisição do Ministro da Justiça

Como se inicia inquérito nos crimes de ação privada

Formulário

Modelo 17 – *Queixa*

VII. INSPEÇÃO DE LOCAIS DE CRIMES

Disposições do Código de Processo Penal

Local de crime – trabalhos

A palavra dos processualistas

Preleção do Prof. Marc Bischoff

Considerações finais

Formulário

Modelo 18 – *Auto de inspeção de local de crime e de corpo de delito*

Formulário

Modelo 19 – *Auto de inspeção de local de crime e apreensão*

Anexo I

VIII. CORPO DE DELITO E PERÍCIAS EM GERAL – NORMAS GERAIS

Disposições do Código de Processo Penal

Corpo de delito, sua relevância

Corpo de delito direto e corpo de delito indireto

O exame de corpo de delito pode realizar-se em qualquer dia e a qualquer hora

Auto de corpo de delito – laudo de exame pericial

Desenhos e fotografias

Escolha e nomeação de peritos – disciplina – sanções penais – compromisso

Os que não podem ser peritos

Quesitos

Concessão de prazo aos peritos

Divergência entre os peritos

Inobservância de formalidades – omissões, obscuridades, contradições

Formulário

Despachos nomeando peritos para auto de corpo de delito

Modelo 20

Modelo 21

Modelo 22

Modelo 23 – *Auto de corpo de delito*

Modelo 24 – *Auto de compromisso aos peritos*

Modelo 24.1 – *Laudo pericial – peritos ad hoc*

Modelo 24.2 – *Termo de nomeação de perito ad hoc*

Modelo 25 – *Auto de apresentação de laudo*

Modelo 26 – *Laudo de exame pericial*

Divergência entre os peritos

Modelo 27

Modelo 28 – *Auto de corpo de delito (ou do que for)*

Modelo 29

Modelo 30

Modelo 31

Omissões, obscuridades ou contradições em laudos

IX. CORPO DE DELITO E PERÍCIAS EM GERAL – LIGEIOS APONTAMENTOS SOBRE MEDICINA LEGAL

Instrumentos vulnerantes

Lesões corporais

Morte

Morte aparente

Provas de morte

Docimasia pulmonar hidrostática

Diferença entre as lesões ocasionadas em vida e as produzidas depois da morte

Conservação de cadáveres

Perícia de sangue

Colheita de sangue em locais de crime

A importância do exame de DNA na investigação

Formulário

Modelo 33 – *Ata de formolização de cadáver*

Esquemas anatomotopográficos

Face anterior do corpo

Face posterior do corpo

Face lateral do corpo

Face lateral da cabeça

Orelha

Face palmar da mão

Face dorsal da mão

Esqueleto

X. CORPO DE DELITO E PERÍCIAS EM GERAL

Perícias médico-legais

Quesitos para perícias médico-legais no vivo e no cadáver

Quesitos de lesão corporal

Modelo 34

Homicídio

Quesitos de homicídio

Modelo 35

Quesitos de infanticídio

Modelo 36

Aborto criminoso

Quesitos de aborto

Modelo 37

Modelo 38

Quesitos de conjunção carnal

Modelo 39

Quesitos sobre ato libidinoso

Modelo 40

Exame de idade

Quesitos de exame de idade

Modelo 41

Quesitos de perigo de contágio de moléstia grave

A) Exame da vítima
Modelo 42

B) Exame do indiciado
Modelo 43

Quesitos de perigo de contágio venéreo

A) Exame da vítima
Modelo 44

B) Exame do indiciado
Modelo 45

Quesitos de gravidez
Modelo 46

Quesitos de parto suposto
Modelo 47

Quesitos de embriaguez

A) Art. 62 da Lei das Contravenções Penais
Modelo 48

B) Art. 28, n. II, e parágrafos, do Código Penal
Modelo 49

Quesitos de acidente de trabalho

A) Caso de morte
Modelo 50

B) Caso de incapacidade
Modelo 50-A

Quesitos de exame complementar
Modelo 51

Quesitos de exame de puérpera
Modelo 52

Quesitos de exame de idade
Modelo 53

Quesitos de exame de sanidade mental
Modelo 54

Perícia em caso de suspeita de morte por envenenamento (exame de vísceras)

Quesitos de exame toxicológico
Modelo 55

Ofício encaminhando material para exame químico-legal
Modelo 56

Quesitos para perícias médico-legais ou relacionadas com a medicina legal e referentes a crimes contra a Saúde Pública

Quesitos de envenenamento de água potável
Modelo 56-A

Quesitos de corrupção ou poluição de água potável
Modelo 56-B

Quesitos de envenenamento de substância alimentícia ou medicinal
Modelo 56-C

Quesitos de falsificação, corrupção, adulteração ou alteração de substância ou produtos alimentícios ou produto destinado a fins terapêuticos ou medicinais
Modelo 56-D

Quesitos de alteração de substância ou produtos alimentícios ou produto destinado a fins terapêuticos ou medicinais (artigos 272 e 273 do Código Penal)
Modelo 56-E

Quesitos de emprego de processo proibido ou de substância não permitida
Modelo 56-F

Quesitos de exame de invólucro ou recipiente com falsa indicação
Modelo 56-G

Quesitos de fabricação, venda etc., de coisa ou substância nociva à saúde
Modelo 56-H

Quesitos específicos para a realização de exame de substância ou produto destinado a fins terapêuticos ou medicinais falsificados, corrompidos, adulterados ou alterados (artigo 273 do CP)
Modelo 56-I

Quesitos de exame de medicamento em desacordo com receita médica
Modelo 56-J

Quesitos de exame de substância entorpecente ou capaz de determinar dependência física ou psíquica
Modelo 56-K

Quesitos de exame de insumo, matéria-prima ou produto químico destinado à preparação de drogas (entorpecentes, estupefacientes ou psicotrópicos)
Modelo 56-L

Reconhecimento de cadáver

Regras processuais sobre exame cadavérico, necropsia e exumação

Laudos periciais

Modelo de requisição de exumação para descoberta de *causa mortis*
Modelo 56-M

Laudo de lesão corporal
Modelo 57

Laudo de conjunção carnal
Modelo 58

Laudo de homicídio (necropsia)
Modelo 59

Laudo de infanticídio (necropsia)
Modelo 60

Formulário de autos

Modelo 61 – *Auto de achada de cadáver*

Modelo 62 – *Auto de reconhecimento de cadáver*

Modelo 63 – *Auto de exumação e reconhecimento*

Modelo 64 – *Auto de exame cadavérico*

Modelo 65 – *Auto de exumação, reconhecimento e necropsia*

XI. CORPO DE DELITO E PERÍCIAS EM GERAL – OUTRAS PERÍCIAS (CORPO DE DELITO)

Falsificação de documento público ou particular

Quesitos de falsificação documental

Modelo 66

Modelos de despachos sobre reconhecimento de documento

Modelo 67

Modelo 68

Modelo 69 – *Auto de reconhecimento de escrito (ou de assinatura ou de escrito e assinatura)*

Despacho ordenando tomada em auto de letra ou assinatura

Modelo 70

Modelo 71 – *Auto de tomada de letra autêntica (ou de assinatura autêntica)*

Quesitos para diversos exames de corpo de delito

Modelo 71-A – *Supressão em papéis públicos de carimbo ou sinal*

Modelo 72 – *Furto qualificado*

Modelo 73 – *Alteração de limites*

Modelo 74 – *Usurpação de águas*

Modelo 75 – *Supressão ou alteração de marca de animais*

Modelo 76 – *Dano*

Modelo 77 – *Incêndio*

Modelo 78 – *Explosão*

Modelo 79 – *Inundação*

Modelo 80 – *Perigo de inundação*

Modelo 80-A – *Desabamento ou desmoronamento*

Modelo 81 – *Perigo de desastre ferroviário*

Modelo 82 – *Falsificação de moeda*

Modelo 83

Modelo 84

Modelo 84-A – *Petrechos para fabricação de moeda*

XII. CORPO DE DELITO E PERÍCIAS EM GERAL – PERÍCIAS NÃO CONSTITUINDO CORPO DE DELITO

Exames não destinados a provar existência de infração penal

Despachos ordenando exames periciais

Modelo 85

Modelo 86

Modelo 87

Modelo 88

Exame pericial para comprovação da autoria de escrito ou de assinatura

Breve estudo sobre as armas de fogo e munições

Armas de fogo – conceito e tipos

Unidades de munição

Calibres das armas de fogo

Considerações sobre os movimentos do projétil na trajetória

Identificação individual de projéteis e estojos

Lesões causadas por projéteis de arma de fogo

Quesitos de exame de armas e instrumentos utilizados na prática de infração

Modelo 89

Modelo 90

Modelo 91

Quesitos de exame de arma no caso de delito de porte de arma de uso permitido (previsto no artigo 14, da Lei n. 10.826/2003)

Modelo 92

Quesitos de exame de instrumento próprio para prática de furto

Modelo 93

Perícias balísticas

Modelo 94 – *Ofício requisitando exame balístico*

XIII. EXAME DE CORPO DE DELITO E PERÍCIAS EM GERAL – AVALIAÇÃO

Coisas sujeitas à avaliação

Formulário

Modelo 95 – *Auto de avaliação*

Modelo 96 – *Auto de avaliação indireta*

XIV. OFENDIDO

Disposições do Código de Processo Penal
Quando é dispensável ou indispensável a oitiva
Casos de oitiva urgente
Advertência aos requerentes de inquérito
Crimes simulados
Tomada de declarações
Intérprete – como proceder no caso de mudez, surdez ou surdo-mudez
Apreensão da vítima
Intimação

Formulário

Modelo 98 – *Termo de declarações*

XV. INDICIADO

Disposições do Código de Processo Penal
Importância do interrogatório
Interrogatório
Vida pregressa
Gravação
Comprovação testemunhal das declarações
Intimação
Desobediência à intimação e condução coercitiva
Intimação de indiciado residente fora
Desconhecimento da língua nacional – casos de mudez, surdez ou surdo--mudez, real ou simulada
Apresentação espontânea do criminoso, seguida de confissão
A delação premiada – aspectos legais e investigatórios

Formulário

Modelo 99 – *Despacho mandando intimar o indiciado*

Modelo 100

Modelo 101 – *Mandado de intimação*

Modelo 101.1 – *Mandado de intimação*

Ofício a chefe de repartição

Modelo 102

Ofício requisitando militar

Modelo 103

Despacho mandando conduzir coercitivamente o indiciado (nos casos de descumprimento injustificado de ordem legal que caracterize o crime de desobediência)

Modelo 104

Mandado de condução coercitiva de indiciado (nos casos de descumprimento injustificado de ordem legal que caracterize o crime de desobediência)

Modelo 105 – *Mandado*

Modelo 106 – *Termo de declarações*

Modelo 106.1 – *Termo de declaração que presta*

Modelo 106.2 – *Termo de declarações*

Modelo 107

Despacho nomeando curador

Modelo 108

Declarações com interferência de curador

Modelo 109 – *Termo de declarações*

Termo de apresentação espontânea e confissão do criminoso (para o caso de crime de autoria desconhecida)

Modelo 110 – *Termo de apresentação espontânea e confissão*

Termo de apresentação espontânea e confissão do criminoso (para o caso de crime de autoria imputada a inocente)

Modelo 111 – *Termo de apresentação espontânea e confissão*

XVI. TESTEMUNHA

Disposições do Código de Processo Penal

Testemunha, sua classificação

Quem pode recusar-se a depor

Quem é proibido de depor

Testemunha informante

Inquirição

Intervenção de intérprete

Intimação – requisição

Intimação por mandado

Condução coercitiva

Intimação de funcionário público

Requisição de militares

Breves considerações aos programas de proteção às testemunhas

Formulário

Despachos ordenando intimação de testemunhas

Modelo 112

Modelo 113

Impresso para intimação

Modelo 114

Modelo 115 – *Certidão*

Comprovante de estada de testemunha na delegacia

Modelo 116

Mandado de intimação de testemunha

Modelo 117 – *Mandado*

Modelo 118 – *Certidão*

Comunicação a chefe de repartição

Modelo 119

Requisição de militar para depor

Modelo 120

Modelo 121 – *Promoção*

Despacho sobre condução de testemunha desobediente

Modelo 122

Modelo 123 – *Certidão*

Ordem para cumprimento do mandado judicial de condução de testemunha desobediente

Modelo 124 – *Mandado*

Modelo 125 – *Certidão*

Modelo 126 – *Assentada*

Ofício solicitando tomada de depoimento

Modelo 127-A

Ofício solicitando inclusão de pessoa ameaçada ou violentada ao Programa de Proteção a Vítimas e Testemunhas Ameaçadas – PROVITA

Modelo 127-B

XVII. RECONHECIMENTO DE PESSOAS E COISAS

Disposições do Código de Processo Penal

Reconhecimento de pessoas

Reconhecimento de coisas

Reconhecimento por fotografia

Formulário

Despacho sobre reconhecimento

Modelo 128

Modelo 129

Modelo 130

Modelo 131

A) Auto de reconhecimento, por um só reconhecedor, de pessoa posta ao lado de outras

Modelo 132 – *Auto de reconhecimento*

B) Auto de reconhecimento, por diversos reconhecedores, de pessoa posta ao lado de outras

Modelo 133 – *Auto de reconhecimento*

C) Auto de reconhecimento de pessoa isoladamente posta à frente do reconhecedor

Modelo 134 – *Auto de reconhecimento*

Modelo 134.1 – *Auto de reconhecimento de pessoa*

Auto de reconhecimento de coisas

Modelo 135 – *Auto de reconhecimento*

Modelo 135.1 – *Auto de reconhecimento de objeto*

Auto de reconhecimento por fotografia

Modelo 136

XVIII. ACAREAÇÃO

Disposições do Código de Processo Penal

Acareação

Acareação indireta

Formulário

Modelo 137 – *Termo de acareação*

Ofício sobre acareação indireta de indiciados

Modelo 138

XIX. RECONSTITUIÇÃO DE CRIME

Disposições do Código de Processo Penal

Definição – Considerações gerais

Formulário

Modelo 139 – *Auto de reconstituição de crime*

XX. BUSCA E APREENSÃO

Disposições do Código de Processo Penal

Definições

Busca *ex officio* ou a requerimento

Busca domiciliar

Busca em repartições públicas

Busca pessoal
Apreensão sem busca
Apreensão em território de circunscrição alheia
Vedada a apreensão de cartas fechadas
Arrecadação de coisas adquiridas com os proventos da infração

Formulário

Modelos de despachos mandando lavrar auto de apreensão
Modelo 140
Modelo 141
Modelo 142
Modelo 143
Modelo 144 – *Auto de apreensão*
Modelo 144.1 – *Auto de apreensão*
Modelo 144.2 – *Auto de apreensão*
Auto de apreensão de coisa apresentada por pessoa estranha à polícia
Modelo 145 – *Auto de apresentação e apreensão*
Auto de apreensão de coisa arrecadada por pessoa estranha à polícia
Modelo 145.1 – *Auto de apresentação e apreensão*
Auto de apreensão de coisa arrecadada por policial
Modelo 146 – *Auto de apresentação e apreensão*
Modelos de despachos ordenando expedir mandado de busca e apreensão
Modelo 147
Modelo 148
Modelo 149 – *Auto de apreensão*
Modelo 150 – *Auto de busca e apreensão*
Modelo 151
Modelo 152
Auto de busca e apreensão realizada pela própria autoridade
Modelo 153 – *Auto de busca e apreensão*
Modelo 153.1 – *Auto circunstanciado de cumprimento de mandado de busca e apreensão*
Modelo 154 – *Auto de arrecadação*
Modelo 155 – *Representação de busca e apreensão domiciliar (investigações de tráfico ilícito de drogas)*

XXI. SEQUESTRO DE BENS

Disposições do Código de Processo Penal
Definição
O sequestro não se confunde com a apreensão
Representação
Arrecadação de proventos da infração

Formulário

Modelo 156 – *Representação sobre sequestro de bens*
Modelo 156.1 – *Representação (Sequestro de bens)*

XXII. DESTINO DAS COISAS APREENDIDAS

Disposições do Código de Processo Penal
Normas gerais
Coisas que não podem ser restituídas pela polícia
Restituição

Depósito

Formulário

Modelo 157 – *Despacho ordenando restituição*

Modelo 158 – *Termo de restituição*

Modelo 159 – *Despacho nomeando depositário*

Modelo 160 – *Termo de depósito*

Termo de depósito de coisa deteriorável

Modelo 161

XXIII. DOCUMENTOS

Disposições do Código de Processo Penal

O que são documentos

Cabe à autoridade providenciar, de livre-iniciativa, a juntada de documentos

É facultado às partes apresentar documentos

XXIV. INTÉRPRETE – TRADUTOR

Disposições do Código de Processo Penal

Intérprete

Quem não pode ser intérprete

Formulário

Despachos nomeando intérprete

Modelo 162

Modelo 163

Modelo 164 – *Termo de compromisso ao intérprete*

Termo de depoimento

Modelo 165

Termo de declarações do indiciado colhidas por intermédio de intérprete

Modelo 166 – *Termo de declarações*

Termo de declarações do indiciado colhidas por intermédio de intérprete

Modelo 167

Tradutor

Formulário

Despacho nomeando tradutor

Modelo 168

Modelo 169 – *Termo de compromisso ao tradutor*

Ofício apresentando tradução de documento

Modelo 170

XXV. PRISÃO

Disposições do Código de Processo Penal

Preceitos constitucionais

Desobediência, resistência, emprego de força

Prisão com busca domiciliar

Prisão fora do território jurisdicional

Recaptação de réus evadidos

Emprego de algemas

Recolhimento de presos

Prisão especial
Prisão de parlamentares
Imunidades diplomáticas
Apresentação espontânea do criminoso

Formulário

Mandado de prisão do Juízo
Modelo 171 – *Mandado de prisão*

Mandado policial de prisão, reproduzindo o judicial (Código de Processo, art. 297)
Modelo 172 – *Declaração de prisão*
Modelo 173
Modelo 174 – *Declaração*
Modelo 175 – *Auto de prisão*

Recibo de entrega de preso
Modelo 176

Ofício apresentado ao juiz, criminoso preso sem exibição de mandado
Modelo 177

Guia para apresentação à cadeia, de réu preso em virtude de mandado
Modelo 178

Ofício ao Juiz enviando mandado cumprido
Modelo 179

Auto de prisão de réu que, perseguido, passar para território de outra jurisdição
Modelo 180 – *Auto de prisão*

Ofício solicitando prisão
Modelo 181

Prisão com entrada à força em casa (Código de Processo, art. 263)
Modelo 182 – *Auto de prisão*
Modelo 183 – *Auto de prisão*
Modelo 184 – *Auto de prisão*
Modelo 185 – *Auto de prisão*

Resistência (Código de Processo, arts. 284 e 292)
Modelo 186 – *Auto de resistência e prisão*
Modelo 187 – *Auto de resistência*

XXVI. PRISÃO EM FLAGRANTE

Disposições do Código de Processo Penal
Quem pode e quem deve prender em flagrante
O que é flagrante delito
Outras situações – flagrante preparado, esperado, forjado e retardado
Lavatura do auto de prisão em flagrante
Prazo para lavatura do auto
Condutor
Número de testemunhas
Interrogatório do conduzido
Recolhimento à prisão – soltura do autuado por ser insubsistente o auto lavrado
Liberdade provisória
Auto de prisão em flagrante sem testemunhas da infração
Escrivão *ad hoc* – escrevente
Nota de culpa

Flagrante por infração praticada na presença da autoridade ou contra esta
Auto de prisão em flagrante por crime de ação privada ou de ação pública condicionada

Falta de autoridade no lugar da prisão

Advogado

Obrigatoriedade de comunicação à Defensoria no caso de o conduzido não ser assistido por advogado

Obrigatoriedade de comunicação ao Ministério Público e à família do preso ou pessoa por ele indicada

Prazo para remessa dos autos

Formulário

Modelo 188 – *Auto de prisão em flagrante*

Interrupção da lavratura do auto

Modelo 189

Encerramento do auto sem o interrogatório

Modelo 190

Auto de interrogatório de preso em flagrante realizado perante as mesmas pessoas que no auto de prisão figuraram como condutor e testemunhas

Modelo 191 – *Auto de interrogatório de preso autuado em flagrante*

Auto de interrogatório de preso em flagrante realizado perante testemunhas diferentes das que foram ouvidas no auto de prisão

Modelo 192 – *Auto de interrogatório de preso autuado em flagrante*

Auto de prisão em flagrante sem testemunha da infração

Modelo 193 – *Auto de prisão em flagrante*

Auto de prisão em flagrante efetuada pela própria autoridade

Modelo 194 – *Auto de prisão em flagrante*

Despachos em que o Delegado de Polícia determina a liberação do conduzido com relaxamento da prisão mandando pôr em liberdade a pessoa detida ou autuada, ou ainda determinando seu recolhimento à prisão

Despacho de liberação do conduzido quando não há situação de flagrante delito conforme previsto no artigo 302, I, II, III e IV

Modelo 195 – *Auto de prisão em flagrante de delito*

Despacho de liberação do conduzido nos casos de atipicidade da conduta (dano culposo praticado por civil)

Modelo 196

Modelo 197

Auto lavrado com assistência de defensor ou curador

Modelo 198 – *Auto de prisão em flagrante*

Auto lavrado sem assistência de defensor

Modelo 199 – *Auto de prisão em flagrante*

Nota de culpa

Modelo 200

Termo de declaração de domicílio

Modelo 201

Guia para recolhimento de preso

Modelo 202

Recibo de entrega de preso

Modelo 203

Nota de culpa

Modelo 204

Recibo da nota de culpa
Modelo 205

Ofício apresentando a comando de batalhão um oficial preso em flagrante
Modelo 206

Comunicação ao Juízo
Modelo 207

Comunicação do auto de prisão em flagrante ao juiz (sem indicação de
necessidade de conversão em prisão preventiva)
Modelo 207.1

Comunicação do auto de prisão em flagrante ao defensor público
Modelo 207.2

Comunicação do auto de prisão em flagrante ao promotor de justiça
Modelo 207.3

XXVII. PRISÃO PREVENTIVA E MEDIDAS CAUTELARES SUBSTITUTIVAS À PRISÃO

Disposições do Código de Processo Penal

Medida excepcional

Representação da autoridade policial

Renovação de requerimento indeferido

Revogação da prisão preventiva

Causas excludentes da ilicitude proscvem a medida

Não cabe prisão preventiva nas contravenções

Apresentação espontânea do indiciado

Prazo para remessa dos autos

Mandado de prisão

Prisão domiciliar

Medidas cautelares substitutivas à prisão

Espécies de medidas cautelares

1. Comparecimento periódico a juízo
2. Proibição de frequentar determinados lugares
3. Proibição de manter contato com pessoa determinada
4. Proibição de ausentar-se da Comarca
5. Recolhimento domiciliar
6. Suspensão do exercício de função ou atividade
7. Internação provisória
8. Fiança
9. Monitoração eletrônica

Formulário

Representação de Medida Cautelar
Modelo 208

Requerimento de prisão preventiva
Modelo 209

Representação (prisão preventiva)
Modelo 209.1

XXVIII. PRISÃO TEMPORÁRIA

Lei n. 7.960, de 21 de dezembro de 1989

Conceito

Modelo

Representação (prisão temporária)
Modelo 209.2

XXIX. LIBERDADE PROVISÓRIA E FIANÇA

Disposições do Código de Processo Penal
Liberdade provisória – fiança
Liberdade provisória com fiança
Situações em que não cabe fiança
Competência para concessão da fiança
Arbitramento do valor da fiança
Termo de fiança
Quebramento da fiança
Como se processa a fiança

Formulário

Requerimento

Modelo 210
Modelo 211
Modelo 212 – *Termo de fiança*
Modelo 213 – *Certidão*
Modelo 214 – *Certidão*
Modelo 215 – *Certidão*
Modelo 216 – *Certidão*
Modelo 217
Modelo 218
Modelo 219 – *Vista*

Guia para depósito

Modelo 220
Modelo 221 – *Alvará de soltura*
Modelo 222
Modelo 223 – *Termo de fiança*
Modelo 224 – *Certidão*
Modelo 225
Modelo 226
Modelo 227 – *Guia*

Requerimento

Modelo 228

Despacho

Modelo 229

Requerimento

Modelo 230

Requerimento

Modelo 231

Despacho

Modelo 232
Modelo 233 – *Termo de fiança*

Caso de inafiançabilidade da infração

Modelo 234
Modelo 235
Modelo 236

XXX. OUTROS ATOS, TERMOS PROCESSUAIS, CERTIDÕES, TRASLADO, ATESTADO DE POBREZA E PROCURAÇÃO

Escrivão *ad hoc*

Formulário

Portaria nomeando escrivão *ad hoc*

Modelo 237

Termo de compromisso a escrivão *ad hoc*

Modelo 238 – *Portaria*

Modelo 239 – *Termo de compromisso*

Modelo 240 – *Data*

Modelo 241 – *Conclusão*

Modelo 242 – *Juntada*

Modelo 243 – *Promoção*

Modelo 244 – *Vista*

Modelo 245 – *Remessa*

Modelo 246 – *Termo de encerramento de volume*

Modelo 247 – *Termo de abertura de volume*

Termo de entrega de inquérito à parte

Modelo 248 – *Entrega*

Modelo 249 – *Certidão*

Modelo 250 – *Certidão*

Modelo 251 – *Traslado*

Atestado de pobreza

Modelo 252

Modelo 253

Procuração para apresentar queixa sobre crime de ação

Modelo 254

Modelo 255

XXXI. RELATÓRIO DE INQUÉRITO

Considerações Gerais

Formulário

Modelo 256 – *Relatório*

Relatório contendo exposição das diligências

Modelo 257 – *Relatório*

Relatório sobre um roubo simulado

Modelo 258 – *Relatório*

Relatório seguido de requerimento de prisão preventiva

Modelo 259 – *Relatório*

Relatório seguido de determinação de indiciamento

Modelo 260 – *Relatório*

Relatório final de inquérito policial

Modelo 260-A – *Relatório*

XXXII. DOS JUIZADOS ESPECIAIS CRIMINAIS

Lei n. 9.099, de 26 de setembro de 1995

Conceito

Termo circunstanciado

Conceito de autoridade policial na Lei n. 9.099/1995

Modelo 261 – *Termo circunstanciado n. .../20...*

Modelo 262 – *Requerimento/representação*
Modelo 263 – *Representação*
Modelo 263-A – *Termo de compromisso*

XXXIII. CONTRAVENÇÃO DE JOGO – CONSIDERAÇÕES MAIS IMPORTANTES

Considerações gerais

Legislação

Jogo de azar

Loterias

Jogo do bicho

Formulário

Quesitos de exame pericial de material destinado a jogo de azar (Art. 50 da Lei das Contravenções Penais)

Modelo 264

Quesitos de exame pericial de papéis de jogo do bicho (Art. 58 do Decreto-Lei n. 6.259, de 10.02.1944)

Modelo 265

Quesitos de exame pericial de material referente a loteria, rifas, tómbolas etc. (Art. 45 do Decreto-Lei n. 6.259, de 10.02.1944)

Modelo 266

Auto de exame pericial de papéis de jogo do bicho

Modelo 267 – *Auto de exame pericial*

Tabela demonstrativa

Laudo pericial referente à roleta

Modelo 268

Modelo 269

XXXIV. PROCEDIMENTO DA AUTORIDADE EM FACE DE INFRAÇÕES PRATICADAS POR MENORES

Lei n. 8.069, de 13 de julho de 1990

Procedimento da autoridade em face da infração

Direitos individuais e garantias processuais

Procedimentos de apuração de ato infracional atribuído a adolescentes

Modelo 270 – *Portaria*

Modelo 271 – *Termo de inquirição sumária*

Modelo 272

Termo de compromisso ao curador

Modelo 273 – *Termo de compromisso*

Modelo 274 – *Auto de apreensão de adolescente infrator*

Modelo 275 – *Nota de pleno e formal conhecimento*

XXXV. MEDIDAS CAUTELARES UTILIZÁVEIS EM INVESTIGAÇÕES

Considerações gerais

Breve análise sobre as interceptações telefônicas – aspectos legais e técnicos

Gravações e transcrições das conversas

Gravações clandestinas

Interceptação/escuta ambiental

Considerações breves a respeito do sigilo bancário e fiscal
Aspectos relevantes da nova Lei de “lavagem” de dinheiro para a
investigação policial
Considerações gerais sobre a infiltração policial e a ação controlada
Guia rápido sobre aspectos técnicos para procedimentos de interceptação
telefônica
Legislação
Representação (interceptação telefônica e quebra de sigilo)
 Modelo 276 – *Representação*
Representação (quebra de sigilo telefônico)
 Modelo 277 – *Representação para quebra de sigilo telefônico*
 Modelo 277-A – *Representação (interceptação de fluxos de dados)*
Representação (interceptação ambiental)
 Modelo 278 – *Representação para interceptação ambiental*
Representação (quebra de sigilos bancário e fiscal)
 Modelo 279 – *Representação para quebra de sigilos bancário e fiscal*

XXXVI. IDENTIFICAÇÃO CRIMINAL – OBSERVAÇÕES MAIS IMPOR-TANTES

Identificação datiloscópica
 O que é identidade, o que é identificação
 Datiloscopia
 Sistema Vucetich
 Petrechos necessários à identificação
 Tomada de impressões
 Das impressões digitais
 Da escrituração
 Casos especiais
 Coleta de impressões em locais de crimes
 Transporte por meio de película
 Material para confronto
 Impressões digitais em papéis
 Identificação criminal

XXXVII. CÓDIGO DE TRÂNSITO BRASILEIRO – LEI 9.503/1997: ASPECTOS PROCEDIMENTAIS E PENAS RELEVANTES

Aspectos relevantes da Lei 12.760/2012, que alterou a Lei 9.503/1997 quanto aos aspectos
procedimentais e penais